

Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte REPOJURN

volume 01 • número 01 • dezembro 2021

revista.tjrn.jus.br



APRESENTAÇÃO

Nos proporciona a Revista do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte - REPOJURN a profícua honra de participar, enquanto seu atual Diretor, e em nome do Editor Chefe e do Conselho Editorial, desta publicação inaugural de sua nova fase.

Reestruturada pela Resolução 01/2021-TJRN, a REPOJURN tem por desiderato promover o desenvolvimento do pensamento acadêmico-jurídico, identificando e disseminando conteúdo jurisprudencial e científico.

Desse modo, entregamos à Sociedade Potiguar, um novo repositório oficial da jurisprudência do TJRN, seus relatórios de gestão e, em especial, um Caderno exclusivamente de artigos científicos, com circulação no Portal do Tribunal de Justiça, podendo ser livremente acessado, consultado e guardado, como memória viva de nossa sociedade e época.

A publicação terá periodicidade semestral e é realizada sob a responsabilidade de edição do Juiz Editor, Artur Bonifácio e do Conselho Editorial, com diagramação e publicação por parte das Secretarias de Comunicação e Informática do nosso Tribunal.

No Caderno científico, a REPOJURN conta com a inclusão de Artigos Jurídicos e Interdisciplinares escritos por membros da Magistratura Potiguar, Acadêmicos e demais intérpretes do Direito, em língua vernácula e selecionados com critérios técnicos pelo Conselho Editorial.

Nossa proposta é de tornar este Periódico um verdadeiro instrumento de difusão de conhecimentos e motivar a produção intelectual de Magistrados, Servidores do Poder Judiciário e membros da Comunidade Jurídica local, quiçá pátrio e global.

Muito obrigado!

Desembargador Saraiva Sobrinho

Diretor da REPOJURN



SUMÁRIO

08

EDITORIAL

Artur Cortez Bonifácio

Artigos

09

AS INCONSISTÊNCIAS DA NOÇÃO DE DIGNIDADE HUMANA EM PICO DELLA MIRANDOLA E A FUNÇÃO DESTE CONCEITO NA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

THE INCONSISTENCES OF THE NOTION OF HUMAN DIGNITY IN PICO DELLA MIRANDOLA AND THE FUNCTION OF THIS CONCEPT IN THE GUARANTEE OF FUNDAMENTAL HUMAN RIGHTS

Ana Carolina Matias Costa Aldeci

20

RECURSO NO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, JUS POSTULANDI E DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE

APPEAL IN SPECIAL CIVIL JUDGMENT, JUS POSTULANDI AND RIO GRANDE DO NORTE STATE PUBLIC DEFENSE

Cristiano Araújo da Silva

35

A CRIMINALIZAÇÃO DO NÃO RECOLHIMENTO DO ICMS: IMPACTO NA ARRECADAÇÃO DOS ESTADOS

CRIMINALIZATION OF NON-GATHERING OF TAX ON MOVEMENT OF GOOD AND SERVICES (ICMS IN BRAZIL): IMPACT ON THE COLLECTION OF STATES ABSTRACT

Edgar Meira Pires

Luiz Felipe Monteiro Seixas

52

O DIREITO FUNDAMENTAL À MORADIA: APLICAÇÃO DO ART. 3º, IV, DA LEI Nº 8.009/90 E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

THE FUNDAMENTAL RIGHT TO HOUSING: APPLICATION OF ART. 3, IV, OF LAW No. 8.009/90 AND THE JURISPRUDENCE OF THE SUPREME FEDERAL COURT

Elizabeth Bezerra de Lima Guerra Pereira

68

A AUTONOMIA DO DIREITO E(M) CRISE: A JUSTIÇA 4.0 E O RESPEITO À LEI

THE AUTONOMY OF LAW IN CRISIS: JUSTICE 4.0 AND RESPECT FOR THE LAW

Kennedy Fernandes de Souza

Pedro Lucas Pinto Barreto

79

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: IMPACTOS E DESAFIOS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

PERSONAL DATA PROTECTION: IMPACTS AND CHALLENGES IN THE INFORMATION SOCIETY

Luiz Felipe de Medeiros Araújo

Rafaela Gonçalves Duque

87

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO BRASILEIRO EM TEMPOS DA PANDEMIA DE COVID-19: JUSTIÇA 4.0 E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DO JUDICIÁRIO

BRAZILIAN SOCIO-EDUCATIONAL SYSTEM IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: JUSTICE 4.0 AND EVALUATION OF JUDICIARY POLICIES

Marcus Vinícius Pereira Júnior

102

JUIZO 100% DIGITAL: UMA ANÁLISE ACERCA DA RESOLUÇÃO 345 DE 2020 DO CNJ À LUZ DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

JUIZO 100% DIGITAL: AN ANALYSIS OF RESOLUTION 345 FROM CNJ IN LIGHT OF PRINCIPLE OF EFFICIENCY IN THE PROVISION OF JURISDICTION

Bruno Werter do Rego Honorato

Marlon Rafael Tavares de Araújo

115

A CONTRIBUIÇÃO DA TECNOLOGIA NO MELHORAMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA

THE CONTRIBUTION OF TECHNOLOGY TO IMPROVING ACCESS TO JUSTICE

Raffael Gomes Campelo

132

PROCESSO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: PRINCIPAL MECANISMO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS NA ERA DA JUSTIÇA 4.0

BRAZILIAN CONSTITUTIONAL PROCESS: MAIN MECHANISM FOR REALIZING RIGHTS IN THE AGE OF JUSTICE 4.0

Raimundo José de Sales Júnior

147

ATIVISMO JUDICIAL, POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

JUDICIAL ACTIVISM, PUBLIC POLICIES AND CIVILIAN RESPONSIBILITY OF THE STATE

Wandiêgo Rodrigo Pereira da Silva

Papers

163

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ADVOGADOS

Ana Patricia de Azevedo Borba
